

## Pessoas negras em livros didáticos: *trajetórias de pesquisas*

Lucia Gonçalves de Freitas  
Universidade Estadual de Goiás  
luciadefreitas@hotmail.com  
<https://orcid.org/0000-0002-7553-1119>

Marcos Túlio Pereira de Jesus  
Universidade Estadual de Goiás  
marcostpj@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0002-7831-1146>

**RESUMO:** Neste artigo, temos como objetivo recapitular, por meio de consultas bibliográficas, as principais pesquisas sobre o livro didático em relação à representação de pessoas negras. Seguimos, assim, uma metodologia própria das pesquisas conhecidas como “estado da arte” ou “estado do conhecimento”, que buscam mapear e descrever aspectos e dimensões que se destacam e privilegiam, em diferentes épocas e lugares, os modos de fazer acadêmico. O intuito é inventariar tais estudos, criando um rol de pesquisas, para recapitular de que maneira a história do povo africano e seus descendentes brasileiros tem sido tratada no material didático fornecido às escolas. Além dessa recapitulação histórica, nosso intento também passa por compreender os limites e alcances das mudanças na representação da população negra decorrentes das políticas e legislações específicas, que visam à valorização da cultura afro-brasileira nos livros didáticos e à representação das pessoas negras livre de estereótipos.

**PALAVRAS-CHAVE:** População negra. Livro didático. Representação. Estereótipos.

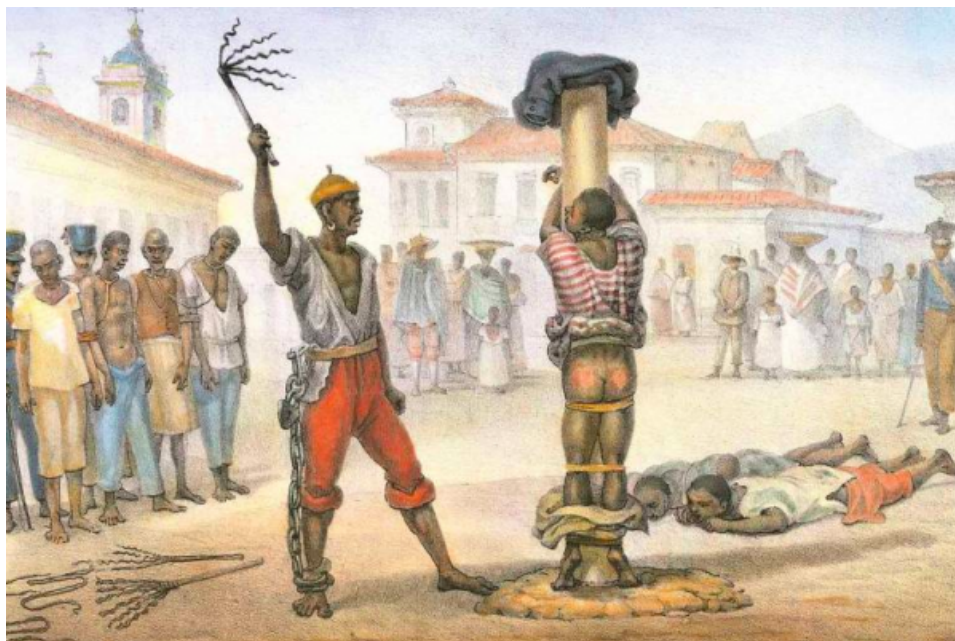
### BLACK PEOPLE IN TEXTBOOKS: RESEARCH PATH

**ABSTRACT:** In this article, we intend to recapitulate, through bibliographical consultations, the main researches about the textbook in relation to the representation of black people. The objective is to review, in studies carried out in recent decades, how the history of the African people and their Brazilian descendants has been treated in the teaching material provided to schools. In addition to this historical review, we also intend to understand the limits and scope of changes in the representation of the black population resulting from specific policies and legislation, which aimed at valuing Afro-Brazilian culture in textbooks and the representation of black people free from stereotypes.

**KEYWORDS:** Black population. Textbook. Representation. Stereotypes.



## CONSIDERAÇÕES INICIAIS



Pintura de Debret em um livro didático

A pintura de Debret que colocamos no início deste texto é muito emblemática de nossas histórias pessoais como autor e autora. Ambos dividimos a trajetória de estudantes de escolas públicas quando crianças e adolescentes e, já adultos, de atuação docente no âmbito público e privado, embora a diferença de idade entre nós seja de mais de uma década. Curiosamente, a despeito dessa distância geracional, ao remontarmos às nossas experiências escolares, foi essa a imagem de que ambos nos lembramos de imediato, quando o assunto foi a representação de pessoas negras nos nossos livros didáticos. Vamos retomar um pouco dessa história para nos apresentar e expor este artigo.

A autora, nascida no Rio de Janeiro, poucos anos após o golpe militar de 1964, quando seus pais amazonenses lá viviam, fez uma parte da então escola primária naquela cidade, antes de a família retornar a Manaus em meados dos anos de 1970. É mais ou menos dessa época sua lembrança da obra de Debret estampada em uma das páginas de um livro didático que abordava algo sobre a escravidão. Aliás, a escravidão era praticamente o único contexto referencial de representação de negros nas escolas, e quando falamos “negros” no masculino, é porque, em geral, as imagens que nos vêm à memória são de pinturas como essa de Debret, em que predominam homens escravizados, e certo ofuscamento das mulheres. Curiosamente, nos mesmos anos setenta a novela *Escrava Izaura* fazia muito sucesso, realçando a subalternidade das vidas escravas, e silenciando o protagonismo de pessoas negras que, no tempo histórico da trama, tiveram uma agência social distinta daquela condição, como empresários, comerciantes, intelectuais etc. Aliás, de forma muito simbólica, a própria protagonista da narrativa romaneada, a “escrava”, era uma mulher branca.

O autor, nascido em Goiânia, no final dos anos de 1970, filho de pais que não frequentaram a escola, sendo o pai oriundo da Bahia e mãe goiana, cursou todo seu ensino

fundamental e médio em escola pública. Por volta dos 11 anos, na 5ª série, hoje 6º ano do ensino fundamental, ele se lembra de uma aula de história, em que a professora da disciplina, explicando sobre a condição da população escrava, coloca-o desavisadamente na frente da sala para demonstrar aos demais alunos como os escravos eram castigados. Na sequência, ela insta o autor a encenar algo que parecia inspirado no quadro de Debret. Ele se fingia de escravo, com braços estendidos para cima e amarrados em um tronco, e era pretensamente chicoteado; enquanto a professora, ao mesmo tempo, fazia-se de feitor e narrava: “as nádegas ficavam expostas e levava chicotadas no bumbum, como forma de castigo”. Ainda hoje, ao recordar, sobrevém ao autor o sentimento vexatório dessa “lição”.

Em síntese, ao revirar nossa memória escolar sobre como nos eram apresentadas as pessoas negras, uma associação direta com a escravidão é o que nos vem à mente. Já há tempos é consenso que, em relação às construções identitárias, a memória e o esquecimento contribuem de forma fundamental para uma nação, comunidade ou classe social. Em relação à identidade da comunidade negra, é patente o esquecimento ou ocultamento, especialmente nos livros didáticos, da vida dos povos africanos. Tradicionalmente, os livros didáticos não costumam abordar histórias de reis e rainhas africanos que viveram uma organização política dentro de seu território. Também tendem a ocultar a história do movimento negro, movimento de lutas e conquistas na educação e nos direitos civis. Quando essas temáticas são trazidas, geralmente é segundo a visão eurocêntrica ou de forma fragmentada e superficial (FERNANDES, 2005).

Em contrapartida, o livro didático, seja como objeto da cultura escolar, seja como lugar de memória ou como guardião dos acontecimentos narrados em suas páginas, teve uma significativa interferência na ativação de memórias dos negros associadas quase exclusivamente à escravidão. Tal perspectiva contribuiu para a construção de um imaginário, ao longo dos tempos, na sociedade brasileira, de uma população negra inferiorizada e sofrida, o que introduziu no cotidiano escolar perspectivas históricas reducionistas e até mesmo racistas, ainda que de forma velada. Como o ambiente escolar é um local que exerce influência intelectual e cidadã sobre as pessoas, vindo a afetar a formação da identidade de estudantes, a associação direta dos negros a contextos de sofrimento e escravidão influencia, de forma inconsciente, a internalização da ascendência negra como sinônimo de subalternidade (GOMES, 2001).

Recorrentemente, o conhecimento que se tem da história de vida do povo negro no livro didático, parte da visão do colonizador, ou seja, segundo a visão do outro, e não do próprio sujeito negro (SILVA, 2011). Pessoas brancas foram associadas às ideias de família, cidadãs e trabalhadoras. Enquanto que o povo negro, sempre tratado de forma inferiorizada, associado à noção de maldade, tragédia, pobreza entre outros estereótipos. De acordo com pesquisas de Silva (2011), feitas em livros didáticos da década de 1980, esses estereótipos faziam referências ao negro de forma animalizada, comparando-o com o macaco, além de desqualificar a cultura africana.

De lá para cá, houve uma série de investidas na mudança de paradigma sobre a representação da população negra nos livros didáticos, efeito das lutas de movimentos sociais como o movimento negro. Seguramente uma das mais emblemáticas foi a implementação da lei 10.639 de 2003, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas de Ensino Fundamental e Médio. A lei demandou mudanças em diferentes âmbitos das políticas escolares a que os livros didáticos não escapariam, uma vez que, já no seu parágrafo primeiro, exige que se inclua a luta dos negros no Brasil e sua cultura em relação à formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil.

Diante desse quadro, e levando-se em conta que os livros didáticos influenciaram as formas como “aprendemos” a ver as pessoas negras no Brasil, recorrentemente associadas à escravidão, propusemos este artigo, propusemos uma revisão das pesquisas realizadas sobre a temática da representação de pessoas negras em livros didáticos, para recapitularmos a trajetória desses estudos. Seguimos, assim, uma metodologia própria das pesquisas bibliográficas conhecidas como “estado da arte” ou “estado do conhecimento” (FERREIRA, 2002), que buscam mapear e descrever aspectos e dimensões que se destacam e privilegiam, em diferentes épocas e lugares, os modos de fazer acadêmico. O intuito é inventariar tais estudos, criando um rol de pesquisas, para recapitular de que maneira o povo africano e seus descendentes brasileiros têm sido tratados no material didático fornecido às escolas.

Seguindo, portanto esse direcionamento, este artigo foi escrito a partir de um compilado de pesquisas realizadas sobre a temática em questão, acessadas por meio de buscas no Google acadêmico. As combinações de palavras chaves foram o “negro”, “livros didáticos”, “representação”, “população negra” e assim por diante. A maioria dos textos que afluíram foram artigos de divulgação científica, mas também dissertações e teses. No total, selecionamos cerca de treze pesquisas, das quais destacamos as de Branco (2005), Müller (2015), Ratts *et all* (2007), Teixeira (2006), Silva (2011), dentre outras. Propomos, aqui, uma compilação desses trabalhos que investigaram e analisaram a presença da população negra em livros didáticos ao longo das últimas décadas.

Além de tentar essa recapitulação histórica, nosso intuito também passa por compreender os limites e alcances das mudanças na representação da população negra decorrentes das políticas e legislações específicas, que visam à valorização da cultura afro-brasileira nos livros didáticos ou da representação das pessoas negras livre de estereótipos. A seguir, desenvolvemos essa empreitada.

### A EVOLUÇÃO DAS PESQUISAS SOBRE LIVROS DIDÁTICOS E O FOCO NA REPRESENTAÇÃO NEGRA

Quando Circe Bittencourt apresentou sua tese, em 1993, as pesquisas voltadas para o livro didático nos anos 1970 e 1980 eram escassas, não passando de 50 títulos. Dentre estes, a maioria tinha como objetivo criticar a ideologia (burguesa) subjacente aos livros utilizados na escola (MUNAKATA, 1998). Porém, depois daquela época, houve estudos significativos que proporcionaram maior atenção e análise sobre essa importante ferra-



menta de trabalho, aumentando o número de eventos voltados para o tema. O aumento dessas pesquisas não se deu apenas no Brasil, mas se espalhou por outros países.

A pesquisa de Bittencourt (1993) considerou o livro didático como uma política pública educacional. Dessa forma, como direito de todos, o acesso ao conhecimento se tornou prioridade. Assim, a partir de novos estudos, o livro didático que antes não era visto com muita importância para pesquisas, atrai interesses de estudo sobre sua capacidade como uma ferramenta de trabalho, capaz de transmitir o saber e a cultura escolar, além de sua importância para as disciplinas escolares e o uso que professores e alunos fariam desse material.

Por outro lado, o livro didático passou também a ser tratado, conforme afirma Circe Bittencourt, dentro de uma sociedade capitalista, como mercadoria, transformando-se em um produto do mundo capitalista, obedecendo às técnicas de fabricação e de comercialização pertencentes à lógica do mercado. E o livro didático, enquanto mercadoria, vai sofrer diversas interferências em seu processo de fabricação e comercialização. Ainda de acordo com a autora, o livro didático, como objeto da indústria cultural, vai impor uma forma de leitura de acordo com os profissionais participantes de sua produção e não conforme o desejo dos seus autores.

As pesquisas de Bittencourt (2002, p.73), mostraram o livro didático como “um instrumento portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura”. Sendo assim, existem pesquisas que mostram que tanto textos como imagens de livros didáticos têm transmitido ao longo do tempo estereótipos e valores dos grupos dominantes, seguindo a visão eurocêntrica. Em relação à comunidade negra não foi diferente, a sua imagem retratada ao longo da história do Brasil, manteve o mesmo princípio, vindo só muito recentemente a buscar uma ruptura com esse padrão, como será mostrado mais adiante.

De acordo com Cavalleiro (2000), os estereótipos que foram criados ao longo do tempo em relação à população negra contribuíram para a sua não aceitação dentro da sociedade. Ainda nos dias de hoje, a imagem de negros e negras do período escravagista, vistos como mercadoria que era vendida ou trocada, negociada, que sofriam castigos, não contribuem significativamente para uma reversão de preconceitos que se expressam em nomeações referentes às pessoas negras como malandras, bandidas, analfabetas, objetos sexuais.

Nessa mesma linha de raciocínio, é referencial o trabalho de Gruppioni (1996), que constata uma desvalorização da comunidade negra, tanto no aspecto cultural, intelectual, moral e físico. Sua pesquisa mostra como os livros didáticos reforçam uma representação em que os traços fenóticos dessa comunidade aparecem como antiestéticos, a cultura afrodescendente é sempre inferior e a inteligência é negada, além de ver a ausência da probidade moral e ética deste povo.

Com a aprovação da Lei Federal 10639/03, conquistada a partir do movimento social negro, ficou estabelecida a obrigatoriedade do ensino da temática História e Cultura

Afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio em todo território brasileiro. Essa norma previa, dentre outras que:

Art. 26 - Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

1º O conteúdo programático a que se refere o *caput* deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira. (BRASIL, 2003).

A partir da publicação dessa lei, houve uma investida considerável em mudanças de paradigma, no sentido de estabelecer representações nos livros didáticos que pudessem desfazer os preconceitos e estereótipos ligados ao segmento afro-brasileiro e que incentivassem o aumento da autoestima dessa população. Ainda há um longo caminho nessa direção, mas já se avistam avanços. Para compreender melhor esse processo, nos próximos tópicos, reunimos os principais resultados de pesquisas sobre esse tema, separando-os em três partes: as representações de pessoas negras associadas à escravidão; a representação fora desse eixo, portanto, ao contexto de cidadania; e, por fim, o trabalho de Ana Célia da Silva, que se dedicou às mudanças mais recentes, com destaque para representações mais positivas e alinhadas com as mudanças da lei.

### PESSOAS NEGRAS NO CONTEXTO DA ESCRAVIZAÇÃO

Uma evidência nas pesquisas é a prevalência de pessoas negras sendo representadas no contexto de escravização na maioria dos livros didáticos até recentemente. Na pesquisa de Nascimento (1980), evidencia-se que a história da população negra é contada somente a partir do tráfico de escravos, de acordo com o interesse dos países colonizadores, e aí, os negros são apresentados como objeto e nunca como indivíduo. O que se destaca nesses livros são os senhores de engenho, a casa-grande, as relações de produção e outros aspectos, enquanto o negro era representado apenas como mercadoria. Há um grande ocultamento da história de vida do povo negro do continente africano antes da chegada dos europeus, desmerecendo seus costumes, e enfatizando que sua história só passa a ter importância após a chegada dos povos europeus.

O trabalho de Branco (2005) corrobora com essa evidência, observando que, o fato histórico é descrito como consequência da colonização e o uso da mão de obra escrava negra se deu pelo fato da resistência física dos negros em relação aos indígenas. Dessa forma, há uma tentativa de aceitar como inevitável, natural, os castigos e humilhações sofridos pelos negros no período da escravização. A pesquisa de Branco (2005) baseou-se na análise de livros didáticos de História do Brasil do Ensino Fundamental II, na cidade de Recife. Nessas análises, Branco (2005) pôde identificar avanços na representatividade do povo negro nos fatos históricos nos livros pesquisados, porém, percebeu-se uma exclu-

são nos livros de 8ª série da imagem do negro nas narrativas históricas, principalmente após a abolição. Suas análises permitem que constatem “que o negro brasileiro, após a República saiu das páginas do livro didático e recolheu-se ao silêncio que lhe tem sido imposto”. Já nos livros de 5ª e 7ª séries, o estudo da autora mostra uma forte prevalência de representação pelo perfil do escravo, sofrendo castigos e crueldades.

Outro estudo referencial é o de Eugênio e Lima (2010), que analisaram os livros didáticos de História, nos quais os negros escravizados são representados como passivos, conformados com a vida que lhes era imposta, aceitando os trabalhos forçados nos engenhos. Os livros didáticos em questão ocultam as manifestações culturais dos negros, os movimentos de resistências, conquistas e lutas organizadas pelos escravos no período colonial. Dessa forma, prevalece a imagem de que os negros eram sujeitos sociais passivos aos maus-tratos que sofriam naquele período. Quando outros livros retratam essas formas de resistência da população escravizada, que não foram poucas, como fugas, assassinatos de seus senhores, suicídios, abortos, são feitos de forma fragmentada e superficial, não dando a devida valorização a esses atos de resistência à escravidão.

Sabe-se que houve inúmeras resistências e lutas por parte do povo escravizado, que de várias maneiras se organizaram em rebeliões, se mostrando insatisfeitos com a vida que levavam, de trabalhos forçados, duros castigos e até mesmo escassez de alimentos. Quando os livros didáticos mostram essa resistência da população negra, as lutas aí travadas, geralmente o fazem sem dar a devida valorização a esses movimentos, que foram essenciais para que a abolição acontecesse. Uma das poucas referências nesse sentido aparece na pesquisa de SILVA (2011), que observou, em um dos livros analisados, um texto que apresentava uma imagem de Zumbi dos Palmares, imagem essa que faz alusão ao negro visto como herói, trilhando um caminho em busca da liberdade, o que de alguma maneira, mostra a resistência e a insurgência do povo negro.

De acordo com as pesquisas realizadas por Fernandes (1996), em relação ao processo de abolição da escravatura, propriamente, os livros didáticos costumam tratá-lo como um acontecimento “humanitário”, concedido pelo governo imperial representado na pessoa da princesa Isabel, a qual, em um ato de “bondade”, concede a liberdade aos negros cativos. A abolição é apresentada como um ato realizado apenas por pessoas brancas e abolicionistas, colocando-os como os únicos responsáveis pelo fim da escravidão. Em nenhum momento se dá a devida importância à resistência negra, que já acontecia desde o início dos primeiros escravizados africanos e que teve grande contribuição para o caminhar da abolição.

A pesquisa feita por Rozana Teixeira (2006) sobre o livro didático ressalta a inquietação dos estudantes em relação à representação imagética nos livros referentes à representatividade da população negra. A autora fez uso de entrevistas e desenhos realizados com os alunos para fazer a análise da representação. Foram observados desenhos mostrando o período da escravidão, no qual pessoas negras eram maltratadas, chicoteadas, além de muitos desenhos pintados de vermelho, representando o sangue. Porém o que

mais chamou a atenção da pesquisadora foi a imagem de um homem que chora lágrimas de sangue (2006, p.117). A autora reproduz a fala de uma aluna que diz:

A imagem que eu vi do negro nos livros didáticos é a do negro escravizado. Acho que tinha que ter imagem onde o negro fosse mais considerado, mais respeitado, numa posição mais positiva em relação ao povo. Pouquíssimas vezes eu vi uma imagem positiva do negro no livro didático, sempre as imagens que aparecem colocam o negro de lado (2006, p.118).

Percebe-se que o aluno consegue constatar essa inferioridade do povo negro nos livros didáticos, ou seja, os alunos afrodescendentes não se veem nos livros, na literatura, o que pode gerar um sentimento de inferioridade e revolta nos mesmos. Ainda de acordo com a pesquisa de Teixeira (2006), outro aluno afirma:

Eu acho que a quantidade de pessoas brancas e negras deveria ser igual, porque a quantidade de pessoas negras é quase igual à quantidade de brancos. Nunca vi também nenhum personagem negro nos livros de literatura infantil, só branco. Eu acho importante ter negro também no livro infantil, porque ninguém ia ter preconceito, ia ser normal (2006, p.116)

De modo geral, essas pesquisas dão ciência da prevalência de representações de pessoas negras como mercadoria, objeto, a quem é negado o papel de agente social, pensante, que tinha escolhas, que lutava, que se mostrava resistente ao tipo de vida, aos castigos que lhe eram impostos. Também demonstram como foi apagada a inteligência, a capacidade intelectual dos negros e negras, sem mostrar que existiram pessoas escravizadas que após aprenderem ler e escrever conseguiram negociar com seus senhores sua liberdade, além das que se destacaram em empreendimentos e na política.

Os estudos apontam que essa representação, de certa forma negativa da população negra, muitas vezes “desumanizada”, dificulta imensamente que estudantes negros ou afrodescendentes mostrem interesse pela história e origem desse povo, seus antepassados. Além do mais, ao retratar a comunidade negra dessa forma, há a possibilidade de se criar uma imagem negativa para alunos e alunas brasileiros negros, contribuindo para prevalecer esse estereótipo em relação à comunidade negra, de inferior, preguiçosa, vagabunda, desprovida de inteligência, estereótipo esse que vem desde o período da escravidão e que ainda tem prevalecido na sociedade atual.

### REPRESENTAÇÕES FORA DO PADRÃO “ESCRAVO”, MAS AINDA REDUACIONISTAS

Ao se iniciar o processo de aprendizagem, a criança passa a ser orientada como agir e se comportar dentro de uma sociedade, como se posicionar e se identificar diante dos demais indivíduos. Dessa forma, o espaço escolar é de fundamental importância para a formação pessoal do indivíduo, devendo ser um lugar propício para erradicar as desigualdades raciais existentes (COSTA; DUTRA, 2009). De acordo com Carvalho (2006), ao não se fazer referências positivas à população negra nos livros didáticos, corre-se o risco de gerar nos alunos uma baixa autoestima, contribuindo assim para um sentimento de inferioridade nos alunos e alunas negras.



De acordo com Costa e Dutra (2009), os livros didáticos muitas vezes são as únicas ferramentas pedagógicas que professores utilizam em sala de aula como fonte de conhecimento, porém, na maioria das vezes eles não suprem as expectativas dos alunos afrodescendentes, que se frustram, ao não se virem de forma real e positiva. Ainda de acordo com os autores, os conteúdos desses livros didáticos vêm reforçar ainda mais o preconceito racial, inferiorizando o povo negro, apresentando uma África de uma forma folclorizada, associando o continente sempre à pobreza, violência, fome, doenças e falta de organização social e política, fortalecendo assim a visão eurocêntrica.

Em sua pesquisa, Müller (2015) faz um levantamento sobre a produção acadêmica, por meio de Dissertações e Teses, escritas entre os anos de 2003 a 2013 que analisam a imagem da população negra no material pedagógico. Esse levantamento tem como objetivo verificar se houve mudanças significativas após promulgada a lei 10639/03, que visou dar mais visibilidade à história e cultura afro-brasileira, além das lutas do povo negro no Brasil. Tânia Müller observa que mesmo depois da aprovação da lei 10639/03, ainda há pouca representatividade da população negra nos livros didáticos, seja na forma textual ou imagética que enfatize a importância social e cultural desse povo. De acordo com a autora, ainda prevalece o estereótipo do negro invisibilizado e inferiorizado.

Essa evidência é corroborada por Corrêa (2006) que, ao analisar imagens de negros na publicidade, mostrou que o negro, em geral, aparece como carente, dependente de programas assistenciais ou sendo representado como atleta e músico, além do estereótipo de corpo sensual. Representações análogas se estenderam aos livros didáticos do século XX, quando o negro aparecia dissociado de sua história pessoal, sem mostrar suas famílias, e quase sempre remetendo-o ao período escravagista.

Em pesquisas feitas por Ratts et al. (2007), os negros, quando, raramente, aparecem nos livros didáticos, são sempre retratados por meio de estereótipos, relacionando a comunidade negra à pobreza e sempre exercendo ocupações inferiores, subalternas. Fernandes (1996) corrobora com a ideia anterior, ao mostrar em suas pesquisas que a população negra, no livro didático, é geralmente representada em ocupações como, a de empregado doméstico, servente, motorista, etc. Ou seja, o que prevalece, quase sempre, no material pedagógico, é o elemento de cor negra/mestiça exercendo sempre as funções mais humildes.

Com a representação dessas imagens negativas do povo negro, os estudantes acabam internalizando que aos negros só lhes restam ocupações subalternas, que os mesmos não possuem capacidade para exercerem funções de prestígios na sociedade, que na maioria das vezes cabe a uma pessoa branca, por denotarem mais prestígio e poder. Também não se costuma abordar nos livros didáticos a organização cultural, política e econômica da África antes da escravização e nem as formas de resistências organizadas contra a escravidão, por meio de revoltas, insurreições e quilombos.

Percebe-se então que a população negra, independente de aparecer nos livros didáticos como escravo ou cidadão, sempre teve negada a sua devida importância, como seres

humanos, como agentes sociais. Não se fala sobre a contribuição que esse povo teve e ainda continua tendo para a formação do país.

### MUDANÇAS DE REPRESENTAÇÃO

Dentre as pesquisas a que tivemos acesso, uma das poucas que tinham como foco representações positivas e mais engajadas com os propósitos da lei 10639/03, foi a de Ana Célia da Silva (2011) em sua tese de doutorado e que atualmente se encontra em formato de livro disponível on-line, “A representação social do negro no livro didático: O que mudou? Por que mudou?”. Ela analisou 15 livros didáticos da década de 1990 e percebeu uma representação do negro de forma positiva se comparada com livros didáticos das décadas anteriores. De acordo com a autora, os personagens negros representados nos livros pesquisados, em sua maioria, não apresentavam estereótipos e nem aspecto caricatural. Esses personagens negros possuem status econômico de classe média e exerciam as mais variadas ocupações.

Ainda de acordo com a pesquisa da autora, as crianças negras representadas vão à escola, interagem com crianças de outras etnias e participam das mesmas brincadeiras. São representadas bem vestidas, possuem um nome e família. São tratadas como crianças, não mais por nomes pejorativos, como moleque ou negrinho, como era identificadas nos livros anteriores. Também são apresentadas personagens negras com cabelo crespo e black power, mostrando assim, a aceitação da identidade negra, com seus traços característicos da população negra.

Ainda, segundo a autora, a imagem da comunidade negra associada a funções subalternas desaparece, colocando as pessoas brancas exercendo também essas funções, tais como pintor, carregador, babá. A imagem da mulher negra, mesmo associada a serviços domésticos, deixa de ser a de cozinheira em casa de brancos. Já é possível perceber a criança negra como sendo inteligente, capaz, esperta, o que vai desmistificar a falta de capacidade intelectual atribuída ao povo negro desde a época da escravidão e que ainda aparecia nos livros anteriores a década de 1990.

Em um dos livros pesquisados, há um texto que traz a história de Zumbi dos Palmares, que mostra o negro como herói, percorrendo um caminho em busca de sua liberdade. Neste caso, mostra a resistência e luta do povo negro escravizado, a capacidade de organização entre eles, o que pode contribuir para a autoestima e o autoconceito da criança negra, que ainda demonstra vergonha de sua origem, representada quase sempre de forma inferiorizada, durante e após a escravidão.

De acordo com a autora, por mais que os livros didáticos pesquisados tenham retratado o povo negro de forma positiva, em igualdade com as pessoas brancas, representado como um cidadão, com capacidade intelectual, esses personagens negros aparecem bem menos que os personagens brancos. A diferença entre esse número é gritante. Para se ter um exemplo, a autora, mostra que, em um dos livros pesquisados, *Viva Vida, 4ª série, São Paulo: FTD, 1994*, de Angiolina Bragança e Isabella Carpaneda, o número de personagens negros representados foi de 36 e já a os representados brancos foi de 389. Ou seja, para

a autora, esses livros pesquisados da década de 1990 ainda insistiam em invisibilizar o povo negro.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao encerramos esse breve compilado de pesquisas acerca da representação do povo negro nos livros didáticos, deixamos, agora para o final, algumas considerações. Quando reunimos o conjunto de observações propostas por diferentes pesquisadoras e pesquisadores aqui trazidos, identificamos vínculos com nossas experiências pessoais que, conforme relatamos na apresentação, são marcadas por lembranças que associam pessoas negras sempre em uma condição de subalternidade e especialmente à escravidão.

O levantamento, aqui realizado, mostra uma trajetória de representações que começam muito baseadas nesse padrão, mas que aos poucos sinalizam a efetivação de mudanças há tempos reivindicadas. Fruto das lutas de movimentos que buscam estabelecer novos paradigmas de representação, capazes de imprimir um acréscimo de valorização à imagem das populações que foram historicamente marginalizadas em nossa sociedade, como é o caso da população afrodescendente, a pesquisa mais recente já sinaliza um movimento nessa direção. Já começam a se perceber representações que trazem reflexões sobre a questão ética racial, e que fogem do padrão caricatural, exibindo as pessoas negras diversas, em posições de destaque social, referidas pela aceitação e valorização de seus traços fenotípicos característicos e de suas identidades.

As pesquisas mostram, outrossim, que embora presentes, essas mudanças ainda engatinham, e não significam a plena ausência de um discurso discriminatório, pois ainda há, por exemplo, uma desproporção na própria exposição entre negros e brancos nos livros didáticos. E vale aqui destacar que, nossa busca bibliográfica por pesquisas sobre a representação da mulher negra, especificamente, resultou apenas em trabalhos ainda incipientes, revelando que o tema só muito recentemente tem atraído interesse de pesquisa. Não obstante, conforme reivindicam os movimentos de mulheres negras, especialmente os feminismos negros e decoloniais, se mulher e negro são termos para categorias homogêneas, atomizadas e separáveis na organização da modernidade, sua intersecção nos mostra a ausência das mulheres negras e não sua presença. Assim, este texto aponta que urge a necessidade de estudos mais focados nessa direção.

Também é importante lembrar que ainda carecem de ampla implementação, mais reivindicações, como a cobrança de longas datas para que os livros didáticos de história deem a devida importância a personagens como Zumbi e ao advento dos quilombos, que continuam sendo retratados de maneira superficial. Mesmo com a implantação da Lei 10639/03, tornando obrigatório o ensino sobre a África e a cultura afro-brasileira, no ensino fundamental e no médio, conteúdos dessa natureza ainda não alcançam os livros didáticos de forma satisfatória.

Por fim, vale registrar que, ainda que não desprezemos a importância do livro didático, é importante não se olvidar do papel que tem a atividade docente na conquista das lutas aqui expressas. Cabe também aos docentes e demais integrantes das escolas,

compromisso e engajamento em um trabalho efetivo, que possibilite a valorização das pessoas negras, tradicionalmente marginalizadas, bem como o amplo respeito aos descendentes dos diferentes povos que contribuíram para a construção da sociedade de hoje. É um trabalho que deve transpor alguns limites, como o uso de outros materiais que não sejam apenas o livro didático, para contar, de maneira significativa, a história do Brasil, da África e de seus povos.

Nessa direção, esperamos que este breve compilado de pesquisas possa ser utilizado como um recurso inicial para trabalhos que, referenciados pelos eixos linguagens-educação-diversidades, proponham-se a produzir novos conhecimentos sobre os problemas aqui expostos, bem como novas possibilidades de soluções.

## REFERÊNCIAS

- BITTENCOURT, C. M. F. **A Importância do Livro Didático**. Curitiba: Moderna, 2002.
- BITTENCOURT, C. M. F. **Livro didático e conhecimento histórico: Uma história do saber escolar**. 1993. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.
- BRANCO, R. C. **O negro no livro didático de História do Brasil para o ensino fundamental II, da rede pública estadual de ensino, no Recife**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil, 2005.
- BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 jan. 2003.
- CAIMI, F. E. **O livro didático: algumas questões**. In: DIEHL, Astor Antônio (Org.). *O livro didático de história em transição*. Passo Fundo: UPF, 2002.
- CARVALHO, A. A. de M. C. de. **As imagens dos negros em livros didáticos de História**. 2006. 139f. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFSC, Florianópolis, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/88563/236610.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 09 jun. 2017.
- CAVALLEIRO, E. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**. São Paulo: Contexto, 2000.
- CORRÊA, L. G. **De corpo presente: o negro na publicidade em revista**. 2006. 126f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – UFMG, Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/VCSA-6WHMDM>. Acesso em: 09 jun. 2017.
- COSTA, Cândida Soares da. **O negro no livro didático da língua portuguesa: imagens e percepções de alunos e professores**. – (Coleção Educação e Relações Racionais, 3) – Cuiabá: UFMT – IE, 2007.
- COSTA, R. L. S.; DUTRA, D. F. A lei 10639/2003 e o ensino de Geografia: representação dos negros e África nos livros didáticos. In: **Anais... ENCONTRO NACIONAL DE PRÁTICAS DE ENSINO EM GEOGRAFIA**, 10., 2009, Porto Alegre. Porto Alegre, 2009. Disponível em: [http://www.agb.org.br/XENPEG/artigos/GT/GT3/tc3%20\(12\).pdf](http://www.agb.org.br/XENPEG/artigos/GT/GT3/tc3%20(12).pdf). Acesso em: 09 jun. 2017.
- FERNANDES, J. R. O. Ensino de História e diversidade cultural: desafios e possibilidades. **Cad. Cedes**. Campinas, vol. 25, n. 67, p. 378-388, set./dez. 2005.
- FERNANDES, J. R. O. O negro na historiografia didática: imagens, identidades e representações. *Textos de história. revista do programa de pós-graduação em história da UnB, Brasília*, vol. 4, n.2, p. 154-165, 1996.
- FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, n. 79, p.257-272, 2002.
- FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história**. São Paulo: Papyrus, 2003.



- GOMES, N. L. Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade. In: CAVALLEIRO, E. (Org). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossas escolas**. São Paulo: Summus, 2001.
- MÜLLER, T. M. P. **A produção acadêmica sobre a imagem do negro no livro didático: estado do conhecimento (2003-2013)**. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 37., 2015, Florianópolis. Disponível em: <http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT21-3684.pdf> . Acesso em: 09jun. 2017.
- MUNAKATA, K. Histórias que os livros didáticos contam, depois que acabou a ditadura no Brasil. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998. cap. 4, p. 271-296.
- RATTS, A. J. P. et al. Representações da África e da população negra nos livros didáticos de geografia. *Revista da Casa da Geografia de Sobral*, Sobral-CE, v. 8/9, n. 1, p. 45-59, 2006/2007. Disponível em: <http://www.uvanet.br/rcgs/index.php/RCGS/article/view/89/85> Acesso em: 19 jul. 2021.
- SILVA, A. C. **A representação social do negro no livro didático: o que mudou? por que mudou?** Salvador: EDUFBA, 2011.
- TEIXEIRA, R. **O papel da educação e da linguagem no processo de discriminação e atenuação do racismo no Brasil**. (Mestrado em Ciências da Linguagem). Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.